

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DENNER MARIANO DE ALMEIDA

CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES – TURMA
“ESMAEL TELLES”: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
DOS MOVIMENTOS DAS REGIÕES CENTRO E CENTRO-SUL DO PARANÁ

MATINHOS
2011

DENNER MARIANO DE ALMEIDA

CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES – TURMA
“ESMAEL TELLES”: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
DOS MOVIMENTOS DAS REGIÕES CENTRO E CENTRO-SUL DO PARANÁ

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de especialista.

Orientador: Edmilson Cezar Paglia

MATINHOS
2011

CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES – TURMA “ESMAEL TELLES”: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS DAS REGIÕES CENTRO E CENTRO-SUL DO PARANÁ

Denner Mariano de Almeida¹;
Edmilson Cezar Paglia².

RESUMO

Este trabalho relata a experiência de educação do campo desenvolvida pelos movimentos sociais atuantes nas regiões centro e centro-sul do Paraná, organizados numa grande rede regional há mais 30 anos. Assim, o texto acompanha um dos espaços institucionalizados de formação desta rede, e aborda como se deu o desenvolvimento da terceira edição do Curso de Formação de Educadores Populares - CFEP, que aconteceu na região de Guarapuava/PR, entre abril e dezembro de 2010. Com uma proposta de integração de diversos segmentos camponeses através de um projeto pedagógico diferenciado, que aborda história das resistências populares, identidade coletiva, mística, espiritualidade e direitos coletivos, buscamos levantar discussões sobre a valorização das experiências locais de educação do campo, bem como, buscar caminhos para que essa iniciativa possa também contribuir para as discussões de educação do campo desenvolvidas em âmbito nacional.

Palavras-chave: educação popular, identidade coletiva, rede de movimentos.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna, e-mail: emaildodenner@yahoo.com.br.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

O Paraná tem sido palco de um grande trabalho para tirar da invisibilidade diversos movimentos de resistência. Os esforços concentram-se nos movimentos camponeses, uma vez que o conflito agrário é muito presente na constituição de nosso estado. Negligenciados pelo governo e pelos paradigmas científicos, diversos povos e comunidades têm atuado de forma latente, lutando contra a tendência de negação de seus modos de viver e reprodução social.

Assim como no Sudoeste e na região do Contestado, as Regiões Centro e Centro-sul têm em sua história grandes conflitos por terra e território, como é o caso dos posseiros de Pinhão e da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, que disputa territórios com a Cooperativa Agrária, em Guarapuava, além dos diversos assentamentos e acampamentos que lutam pela reforma agrária. Esta efervescência e diversidade de lutas fizeram surgir na região um grande movimento que articula esses atores sociais.

A organização dos movimentos camponeses e entidades de apoio tiveram início ainda no começo da década de 1980, apoiados pela Pastoral de Terra da Diocese de Guarapuava, mais tarde incorporada à CPT-PR (Comissão Pastoral da Terra do Paraná). Enquanto os posseiros, quilombolas, pequenos agricultores e sem-terra continuavam sua luta, as entidades de apoio ajudavam na logística e, por meio da educação popular, na formação das lideranças.

A partir de 1990, a conjuntura política e social mostrou-se favorável à expansão dos movimentos populares do campo.

No campo dos movimentos sociais rurais a organização popular cresceu bastante a partir dos anos de 1990. Pesquisas recentes indicam a existência de mais de 80 movimentos rurais no Brasil no início deste novo milênio. Na atualidade, os principais movimentos são: o MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Via Campesina (seção Brasil), o MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, o MPA – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Resab – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, a CPT –

Comissão Pastoral da Terra e os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag. (GOHN, 2010, p. 143).

Assim, os núcleos locais do MST, MAB, MMC, MPA e Sindicatos Rurais, ganharam expressividade na política local e regional, expandiram suas bases e se fortaleceram institucionalmente.

A região também fomentou e acompanhou o desenvolvimento do que hoje são chamados novíssimos movimentos sociais, os quais entram em cena no início deste milênio, puxados por lutas sociais em torno de demandas étnicas e territoriais (GOHN, 2008, p.42). É o caso da APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, do MOIRPA – Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná, do MASA – Movimento Aprendizes da Sabedoria, do MICI – Movimento Interestadual dos Cipozeiros e Cipozeiras do Paraná e de Santa Catarina, e do MOPEAR – Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná.

A estratégia regional para fortalecimento das lutas destes novos e novíssimos movimentos foi a articulação em rede, que incluiu também entidades de assessoria como o CEMPO – Centro Missionário de Apoio ao Campesinato (Nascido com a extinção da Equipe CPT – Guarapuava), a ASITEC – Associação para Integração dos Trabalhadores do Campo e da Cidade (Pitanga), a ASIMP – Associação Imbuia Pesquisas (Guarapuava) e o IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares (Irati). Esta tendência já apontada por Landim *apud* Sherer-Warren (1993, p. 117), quando trazia que:

“(…) as ONGs brasileiras vêm-se movimentando, mais recentemente, no sentido de articulações, trocas de idéias, trabalhos em cooperações de diferentes tipos, costurando em seu interior algumas redes temáticas mais permanentes, outras funcionais e imediatas, para atender a objetivos culturais diretos”.

Sherer-Warren também completa o pensamento da autora indicando que “no nível das mediações passam também (as ONGs) a se preocupar com a formação de redes de movimentos”.

A expansão da grande rede regional, que hoje engloba outras redes de discussão específica como a ARA – Articulação Regional de Agroecologia, responsável para articular agricultores, comunidades e grupos formais praticantes da agroecologia no estado, e a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, que por sua vez, além dos novíssimos movimentos citados, também se articula com a ARPIM-SUL – Articulação Regional dos Povos Indígenas do Sul, com o FRMA – Fórum das Religiões de Matriz Africanas e com a COREQUI – Coordenação Regional das Comunidades Quilombolas do Vale do Iguaçu. Estas representações sociais trouxeram necessidades de formação permanente das lideranças que participam dos espaços de discussão, bem como da formação de lideranças para articular o trabalho de expansão das bases, para lidar com a conjuntura política de diversidade multicultural e de demandas, que não somente por terra, mas também pelo reconhecimento étnico, político e territorial.

Diante da necessidade urgente de formação de lideranças, a rede regional de entidades propôs às suas assessorias que estudassem conjuntamente a melhor forma de encaminhar esta demanda. Diante de experiências anteriores em formação técnica e política, por meio de duas edições do Curso de Formação de Educadores Populares (CFEP), em 2003 e 2005, das experiências vividas em outros espaços como nas escolas do MST, da participação de militantes em outros projetos de educação como o projeto Terra Solidária e, de diversas experiências direcionadas à educação do campo, foi proposta a reformulação do curso.

Este acúmulo regional de três décadas de experiência em educação do campo, e a nova forma de organização do Curso de Formação de Educadores Populares, são o principal fator de motivação para descrevermos esta experiência.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Desde o início da década de 1990, a região vive uma grande expansão do movimento de agroecologia, muito ligada ao desenvolvimento de grupos de discussão de economia popular solidária, num projeto que proporciona grande aproximação entre grupos de agricultores ecologistas e grupos de trabalhadores urbanos, principalmente nos municípios de Guarapuava, Turvo, Pitanga, Inácio Martins, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Irati.

Desta maneira, foi necessário formar lideranças que pudessem fomentar e acompanhar o desenvolvimento destes grupos, articulando-os em redes de colaboração solidária locais e regionais. Com esse objetivo, o público-alvo escolhido para formação foi o de jovens na faixa etária de 14 a 25 anos. Além das temáticas de organização popular, desenvolvimento espiritual e análise de conjuntura, o curso também trabalhava questões técnicas de agroecologia e operação de circuitos curtos de comercialização solidária de alimentos agroecológicos, como feiras e sacolões. Visando proporcionar um intenso intercâmbio de informações e conhecimento de todos a respeito das localidades trabalhadas (urbanas e camponesas), o curso era dividido em etapas que aconteciam dentro das próprias comunidades envolvidas nas redes de colaboração solidária. Assim, com caráter itinerante, o curso, com dinâmica de uma etapa mensal, e duração 10 a 12 meses, alternava-se entre o campo e a cidade, fazendo com que os cerca de 30 educandos por turma pudessem notar as especificidades locais e compreender melhor os elementos que os grupos partilhavam coletivamente. Em relação à coordenação do curso, esta era feita por três representantes escolhidos entre os movimentos camponeses, urbano e assessoria, sendo que as decisões políticas e operacionais do curso estavam diretamente vinculadas aos espaços regionais de discussão. Com a formatura das duas primeiras turmas do Curso de Formação de Educadores Populares (2004 e 2006), a região, passou a ter a sua disposição mais 23 líderes,

que logo iniciaram seus trabalhos de articulação comunitária e liderança junto a suas organizações.

A partir de 2003, esta rede regional de movimentos e organizações camponesas, junto a suas entidades de assessoria, potencializou o seu trabalho de discussão a respeito de Povos e Comunidades Tradicionais, incorporando a ela um grande número de novos atores sociais. Esta incorporação trouxe consigo uma nova série de demandas que extrapolava as discussões relacionadas à agroecologia e redes de colaboração solidária. Cada vez mais era necessário amadurecer a discussão sobre terra, território, identidade étnica e direitos coletivos. Mais uma vez, a expansão dos trabalhos fez surgir a necessidade de formação de novas lideranças alinhadas à nova conjuntura regional.

Em meados de 2008, os movimentos e suas assessorias, com destaque para o Instituto Equipe de Educadores Populares, construíram um grande projeto de formação, que contou com apoio de uma entidade financiadora internacional. O projeto visava qualificar os espaços de formação já estabelecidos, como os Conselhos Políticos locais e regionais, além de prever a realização de uma terceira etapa do Curso de formação de Educadores Populares. O grande diferencial deste projeto foi a preocupação de alinhar os grandes espaços de formação já oferecidos na região, e fora dela, a uma sistemática de capacitação de novas lideranças locais com capacidade de trabalhar junto à grande diversidade étnica e cultural da região, e também na perspectiva de redes de entidades movimentos sociais. Assim, além da promoção de espaços permanentes de formação, como a Reunião de Equipe – que acontece bimestralmente em Guarapuava; o encontro Bíblia, Terra e Água – que acontece anualmente em julho; o Conselho Político Regional – com dinâmica mensal; a região alinha-se a outros espaços como a Jornada de Agroecologia, Romaria da Terra e escolas, como Casas Familiares Rurais, escolas técnicas e Escola Latino-Americana de Agroecologia, incluindo-se também os espaços internos de formação oferecidos por cada entidade/movimento, de acordo com sua dinâmica própria.

Tratando especificamente da etapa proposta do Curso de Formação de Educadores Populares, que é o objetivo principal deste trabalho, podemos perceber um grande amadurecimento regional no que diz respeito ao alinhamento com as discussões estaduais e nacionais a respeito da educação do campo. Além da participação de assessorias externas nos espaços de formação, o apoio da Coordenação de Educação do Campo da SEED/PR, a aproximação das lideranças regionais com a organização dos cursos como a licenciatura em Pedagogia da Terra, oferecido pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), do curso de Tecnologia em Agroecologia, oferecido pela ELAA (Escola Latino-Americana de Agroecologia) e de grandes experiências em formação oferecidas pelo MST, proporcionaram a internalização de valores fundamentais de educação do campo, que se refletiram na reformulação do CFEP. Assim, além da preocupação em proporcionar um forte controle social por parte dos movimentos e entidades camponeses, houve também o interesse em reformular os conteúdos e práticas pedagógicas para que o curso proporcionasse uma formação ampla e eficaz para os objetivos rede.

O primeiro passo para implantação do curso foi a formação de dois conselhos com a função de definir seus rumos políticos e pedagógicos. Deste modo, criaram-se o Conselho Político (formado por cinco representantes indicados pelos movimentos e subordinado às instâncias regionais de decisão política) e o Conselho Pedagógico (formado por cinco membros indicados pelas entidades de assessoria e subordinado imediatamente ao Conselho Político do curso). Como primeira deliberação, o Conselho Político delegou ao Pedagógico a formatação do curso, ou seja, de sua proposta pedagógica (conteúdo, metodologia de trabalho e indicação de educadores).

Após um mês de discussões, o Conselho Pedagógico formatou uma proposta que trazia o curso organizado por módulos divididos em etapas mensais. Quanto ao número de educandos, o conselho julgou prudente, em razão de sua pequena capacidade operacional (recursos humanos e financeiros), o ingresso de 30

pessoas. Uma vez que o foco era formação de novas lideranças, e sabendo da necessidade dos movimentos, não foi feita nenhuma exigência quanto à faixa etária e/ou escolaridade. Por sua vez, coube ao Conselho Político aprovar a proposta pedagógica e propor quais seriam os critérios de escolha dos educandos, que obedeceu a uma cota por movimento/entidade e indicação própria destes, de acordo com suas necessidades.

Em relação à metodologia, o Conselho Pedagógico avaliou como produtiva a lógica de etapas aos finais de semana (sexta-feira à tarde, sábado e domingo até meio-dia), como nas edições anteriores, alternando este encontro mensal com atividades tempo-comunidade, onde os educandos colocariam em prática os assuntos desenvolvidos teoricamente no encontro presencial.

Por razões de ordem financeira, o curso perdeu seu caráter itinerante, sendo realizado em local que pudesse disponibilizar espaço físico adequado. Para tal, foi escolhido o Centro de Formação do Território Centro-Sul, em Guamiranga/PR, alternado períodos com etapas nas dependências da Fundação RURECO, em Guarapuava/PR, Escola Latino-americana de Agroecologia, em Lapa/PR, e também, como apoio institucional da SEED/Educação do Campo, no centro de formação em Faxinal do Céu.

Após as definições finais, o número de educandos por entidade e a proposta de conteúdo do curso ficaram assim:

Tabela 01: Indicação de número de educandos por movimento	
Movimento:	Número de educandos:
Agroecologistas	13
Quilombolas	4
Faxinalenses	3
Aprendizes da Sabedoria	2
MMC	2
MST	9

Tabela 02: Indicação de blocos temáticos de conteúdo, etapas e educadores

Bloco	Etapas	Educador(a)
HISTÓRIA E METODOLOGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR	01 – Manifestações e metodologias das resistências populares no Brasil: de 1500 ao Contestado	Dionisio Vandresen (CEMPO) Geferson Prediger (MST)
	02 – Manifestações e metodologias das resistências populares no Brasil: do Contestado à década de 90	Julian Fronczak (IEEP) Paulo Pires (MST)
	03 – Novas manifestações e metodologias de resistência e lutas populares	Roberto Martins de Souza (Rede Puxirão)
CULTURA, CONHECIMENTOS TRADIÇÕES, MÍSTICA ESPIRITUALIDADE NA LUTA POPULAR	04 – Identidades tradicionais e a luta popular	José Carlos Vandresen (CEMPO)
	05 – As diferentes culturas na organização social	Antônio Michel Kuller Meira (IEEP)
	06 – Mística e espiritualidade na diversidade sócio-cultural	Cecília Maria Ghedini (UNIOESTE)
SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E CONFLITOS SÓCIO – AMBIENTAIS	07 – Soberania alimentar e agroecologia	José Maria Tardin (ELAA)
	08 – Conflitos sócio-ambientais	Paulo Mayer (AOPA/UFFS)
DIREITOS COLETIVOS ÉTNICOS E AMBIENTAIS	09 – Noções de direitos coletivos étnicos	Fernanda Fagundes (Rede Puxirão)
	10 – Noções de direitos	Fernanda Fagundes (Rede

	coletivos ambientais	Puxirão)
POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS NA LUTA POPULAR	11 – Políticas públicas, programas, fontes e formas de financiamento do governo e não-governamentais	Willian Simões (SEED)
	12 – Elaboração de projetos e administração de recursos na luta popular	Denner Almeida (IEEP)

Fonte: Autor

No início do curso foi montado o perfil dos educandos indicados pelos movimentos/entidades. Percebeu-se que a faixa etária variava dos 16 aos 61 anos e o número de mulheres (23) representava a grande maioria do total (33). Havia também sensível diferença no nível de instrução dos educandos, variando de ensino médio completo ao analfabetismo funcional.

Imediatamente, este foi o grande desafio no início do curso. Desde o preparo dos educadores até o acompanhamento particular necessário a educandos com dificuldade de compreensão dos conteúdos. Aliado a tudo isto, também havia o desafio de propor e acompanhar as atividades tempo-comunidade. Para tal tarefa, foi acionado o conselho político, que propôs a tutoria de cada educando junto a seu movimento de origem. Assim, houve acompanhamento duplo feito pela equipe pedagógica e por representantes dos movimentos indicados especificamente para este fim.

O terceiro desafio a ser vencido foi a construção coletiva do plano de atividades de inclusão dos educandos nas dinâmicas de liderança de seus movimentos e da articulação regional, o que deveria resultar no trabalho de conclusão do curso, onde o próprio educando, junto de seu movimento, deveria construir um plano de atuação.

Com os problemas de ordem política sendo resolvidos pelo Conselho Político e os desafios operacionais e pedagógicos a cargo do Conselho Pedagógico, o curso

foi aos poucos construindo sua própria identidade. Tanto os educandos, quanto os educadores e membros dos conselhos interagiram de forma positiva para vencer os conteúdos e ao longo de 11 meses de curso.

3 CONSIDERAÇÕES

Iniciamos a conclusão deste trabalho fazendo sua aproximação com o que fora proposto por Roseli Salette Caldart em seu artigo publicado no quarto volume da coleção “Por uma educação do campo”, propondo a construção da identidade da Educação do Campo, que, segundo a autora, deve articular os diversos sujeitos numa visão humanizadora e dialógica, ligada diretamente a um grande projeto de transformação social onde o campo não é visto somente como um lugar de produção de riquezas, mas um espaço de reprodução cultural e de vida destes atores.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos na direção de seu destino. (CALDART, 2002, p. 19)

Neste sentido, destacamos a participação dos mais diversos sujeitos na construção do CFEP, que proporcionou uma riquíssima vivência multicultural convergente, onde todos assumiram o projeto comum de lutar pelo seu direito de permanência na terra, dialogando perfeitamente com o que Caldart aponta na sequência do seu texto:

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de

agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. (CALDART, 2002, p. 20)

Destacamos também na proposta do CFEP a maneira como agrupou os conteúdos, montando uma proposta multidisciplinar muito bem articulada, que merece atenção especial pelo resgate histórico das lutas populares, discussão de mística e espiritualidade, além do alinhamento às atuais discussões sobre direitos coletivos, tema não tão recentemente incorporado, mas mais amplamente discutidos na atualidade pelos movimentos do campo. Assim, a proposta pedagógica do curso mais uma vez corresponde ao que nos é trazido por Roseli Caldart, quando aponta que a educação do campo:

Trata-se de um combinar de pedagogias de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memória, saberes, sabedoria; que *enraíze* sem necessariamente *fixar* as pessoas em sua cultura, seu lugar, seu modo de pensar, de agir, de produzir; uma educação que projete movimento, relações, transformações...

Trata-se de educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos: intencionalidade no desenvolvimento humano, pensando a especificidade da educação da infância, da juventude, da idade adulta, dos idosos...; intencionalidade no fortalecimento da identidade do sujeito coletivo, no enraizamento social, na transformação para as novas relações de trabalho, na formação da consciência política...; e com uma intencionalidade política explícita: não queremos ajudar formar trabalhadores do campo que se conformem ao modelo de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implementação de outro projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo. (CALDART, 2002, p. 23)

A valorização da cultura de organização regional também deve ser destacada como diferencial na proposta do CFEP, já que os espaços de interação dos movimentos locais são únicos, desde a concepção, organização, articulação dos diversos atores ao compartilhamento de recursos, criando uma lógica certamente diferenciada, fazendo com que o preparo das lideranças para lidar com estas

especificidades seja elemento essencial para a continuidade do sucesso da rede. Além disto, a capacidade da própria rede pensar continuamente os seus processos educativos, propondo uma reflexão e transformação contínuas também destaca a valorização desta experiência de educação do campo frente às demais, pois acredita, assim como Maria da Glória Gohn, que:

“Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto virem a ser matriz geradora de saberes”. (GOHN, 2010, p. 16).

Por fim, a prática de reconhecimento dos companheiros que dão sua vida pela luta de todos não poderia deixar de estar presente nesta experiência. É muito importante valorizar a homenagem desta terceira turma ao grande companheiro e irmão de caminhada: Esmael Telles, cujo exemplo de vida merece ser seguido e estará sempre presente nos valores construídos e difundidos nesta proposta.

Referências

CALDART, R. S., KOLLING, E. J., CERIOLI, P. F. (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Coleção: Por uma educação do campo. Volume 4. BRASÍLIA: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____.
INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES. **Projecto Compartir: organizaciones populares Del campo y de La ciudad construyendo alianzas para La Soberanía Alimentaria en el Estado del Paraná-Brasil**. Irati: 2007.

_____. **Projeto pedagógico CFEP – 3ª etapa.** Irati: 2010.

_____. **Proyecto Compartir: organizaciones populares Del campo y de La ciudad construyendo alianzas para La Soberanía Alimentaria en el Estado del Paraná-Brasil – Relatório técnico 2 (Ano fiscal 2010).** Irati: 2010.

_____. **Proyecto Compartir: organizaciones populares Del campo y de La ciudad construyendo alianzas para La Soberanía Alimentaria en el Estado del Paraná-Brasil – Relatório técnico 1 (Ano fiscal 2011).** Irati: 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.